

TÁXIS NA PRAIA

O caos está a apoderar-se do mercado de táxis da Praia. Todos os dias táxis licenciados, clandestinos, e até licenciados transformados em clandestinos correm lado a lado nas ruas da cidade, numa competição onde até os autocarros têm lugar. E neste descontrolo, até já há espaço para um mercado negro de licenças de táxi. Cansados da situação, os profissionais da área apontam o dedo à Câmara Municipal da Praia, que acusam de estar a fechar o mercado deste ramo, ao emitir licenças a "conta-gotas" e em circunstâncias alegadamente pouco claras.

Por: PEDRO MIGUEL CARDOSO

Alguns táxis alinham-se em frente ao mercado da Praia, no Plateau. Fora dos carros, enquanto esperam por clientes, os taxistas discutem o assunto de todos os dias: o "caos" em que, segundo eles, se transformou o sector onde trabalham. Como conta um deles, Faustino Andrade, "isto está uma confusão, porque hoje em dia qualquer pessoa pensa que, para ser taxista basta ter um carro qualquer e começar a transportar passageiros, sem mais nem menos". Com esta acha na fogueira, Andrade toca no ponto mais sensível da questão e do qual os taxistas praienses nem querem ouvir falar: os clandestinos.

De acordo com dados da Direcção-Geral de Transportes Rodoviários, actualmente circulam nas estradas da capital cerca de 500 clandestinos, praticamente o dobro dos táxis licenciados (278). Números que levam João Neves, taxista profissional, a afirmar que os clans são uma "epidemia perigosa", uma vez que "praticam preços mais baixos que os fixados na tabela, e não têm que pagar as taxas e impostos obrigatórios". E "neste jogo da concorrência desleal somos nós quem saímos a perder, porque muitas vezes a diferença entre o que ganhamos e o que temos que gastar com os impostos e taxas, que eles não pagam, acaba por ser nenhuma", afirma.

Com "toda esta confusão", diz um outro taxista, "António Silva", "muitos taxistas acabam por ter que fintar a lei, fazer preços mais altos do que os da tabela, para poder cobrir as despesas". Até porque, diz, "ninguém ouve os taxistas quando dizem que as tarifas estão muito baixas, quanto

mais não seja por causa dos aumentos da gasolina".

Mas os estratégias para contornar as dificuldades que os clandestinos causam não ficam por aqui, assumem diversas formas. Assim, também como forma de anular o efeito negativo dos "clans" sobre os seus negócios, alguns taxistas com licença chegam a camuflar-se de... clandestinos. Como descobriu o A Semana, principalmente de noite, há motoristas que retiram a placa luminosa do tejadilho, tapam a palavra "táxi" das portas e circulam na clandestinidade pela cidade. Como explicou a este semanário um condutor que alinha neste estratégia, o problema é que, das 22 horas às 6 da manhã a tarifa é mais alta, pelo que as pessoas evitam os táxis licenciados, porque preferem pagar menos num clandestino. "Assim, para não ficar uma noite toda sem ganhar dinheiro nenhum, finjo que também sou ilegal, e estipulo os meus próprios preços", conclui.

Licenças, o bem mais precioso

"Eduardo" é dono de um táxi clandestino. Confrontado com todas as críticas que os seus colegas de profissão lançam aos "clans", este taxista diz compreendê-las mas, garante, "muitos clandestinos não o são por opção própria, mas porque não têm alternativa". "A Câmara Municipal não dá licenças em número suficiente para nós também estarmos legais, o que nos obriga a circular nestas condições, até porque temos que ganhar a vida de alguma

maneira", explica. Afinal, há já vários anos que aguarda uma licença da CMP e, para seu descontentamento, a adenda que a autarquia publicou no passado dia 8 de Dezembro com os próximos taxistas licenciados (ver caixa) ainda não tinha o seu nome. Nada de que não estivesse à espera, uma vez que, acusa, "as licenças são dadas sempre aos "amigos" do presidente ou a quem já tem outras formas de ganhar a vida, em vez de favorecer quem precisa deste trabalho para viver".

E para demonstrar que os dados estão viciados, testemunha: "Conheço inclusivamente um taxista que me garantiu, ainda antes desta nova lista sair, que já sabia que a CMP lhe ia dar uma licença". Uma denúncia que o secretário-municipal da autarquia praiense desdramatiza, afirmando que "as listas passam por várias mãos, e é normal, num meio pequeno como o nosso, haver informações que passem cá para fora".

No entanto, as suspeitas sobre os critérios em que a autarquia praiense se baseia para atribuir as licenças não partem apenas dos clandestinos, mas também dos taxistas que operam legalmente. É o caso de João Neves, um motorista por conta de outrem, para quem as entidades responsáveis dão sempre as licenças a quem "não tem nada a ver com o ramo". "Eu, por exemplo, que trabalho nisto há 13 anos, ainda estou à espera de uma licença, enquanto vejo outros a passarem-me à frente". A partir do momento em que a tivesse "ia ao banco, pedia um empréstimo para comprar uma viatura e tornava-me dono de um táxi", diz.

De facto, o descontentamento em torno do ritmo "conta-gotas" com que a CMP dá

as licenças, "é geral", diz Sabino Rodrigues. Até porque, segundo este motorista, "muitos dos taxistas que trabalham por conta de outrem, também querem licenças, para poder escapar às más condições de trabalho e aos salários baixos que ganham". "À semelhança de muitos outros colegas meus, um dia destes, se continuarem a não me dar a licença, compro um carro com um empréstimo do banco e viro-me clandestino. Assim, pelo menos começo a trabalhar por minha conta", garante. Uma atitude que serviria para alimentar o "círculo vicioso dos clandestinos", admite, mas que é um "último recurso" face à forma como a "CMP fecha este mercado".

Embora tenha tentado junto da CMP saber que critérios estão em cima da mesa na hora de conceder licenças, o A Semana não conseguiu obter informações nesse sentido até à hora do fecho da edição.

Licenças alimentam mercado negro

Os efeitos da gestão da autarquia da capital no que diz respeito a este dossier vão muito além do engrossar da frota de táxis clandestinos. Na verdade, a ânsia de conseguir uma licença sem ter que esperar por uma decisão da CMP originou um verdadeiro mercado paralelo de compra e venda de licenças de táxi. E alguns taxistas, como João Neves, vão mais longe e chamam-lhe "máfia".

"Rosário Pina" (nome fictício) é um dos empresários que optou por recorrer a esse "estratégia", como forma de não estar



Com licença,

SUPERCOMPRA

Sociedade Comercial Póvoas de Lages, Lda. Sempre Cuidado



quero circular!

“eternamente à espera de uma licença que não vem”, como aconteceu agora, em que também não foi contemplado pela CMP com o alvará desejado.

Como conta este proprietário de três táxis, o processo de compra e venda é simples: “Actualmente uma licença anda à volta dos 2000 contos. Se precisar, basta ir ao mercado e consigo sempre encontrar alguém disposto a vender uma”. A partir desse momento, conta, “o legítimo proprietário passa uma procuração que dá ao comprador o direito de fazer tudo o que quiser com a licença e com o carro. Desta forma, o novo dono paga as taxas e impostos, mas em nome da pessoa a quem comprou a licença”. É assim que se justifica, por exemplo, a acumulação de alvarás num único proprietário.

Esta estratégia é conhecida por todos os taxistas e pelas entidades ligadas ao sistema rodoviário. Mas para o director-geral dos Transportes Rodoviários, Jeremias Furtado, o grande problema desta questão é o conflito que se estabelece entre a ilegalidade da compra e venda de licenças, e a legalidade da exploração de bens por procuração. “São limites que se tocam mas cuja harmonização é difícil”, afirma.

No entanto, na sua opinião, “só os aventureiros é que se metem neste sistema”, uma vez que, de alguma forma, “ficarão sempre dependentes das pessoas que lhes venderam os títulos”. Igual opinião tem o presidente da Associação de Industriais de Táxis de Santiago. Para Sousa Monteiro, “as pessoas não vêem o risco que correm ao fazerem isso, porque imagine que o proprietário ilegal do táxi tem um acidente e recusa-se a cobrir os custos. Quem vai ter que pagar os danos causados é a pessoa que vendeu o carro, uma vez que tanto o automóvel como a licença estão ainda no seu nome”. Por outro lado, diz, “se o actual proprietário quiser vender o carro e pedir um empréstimo ao banco, também não o poderá fazer, porque os bens não estão no seu nome.

Serão eternos dependentes”. Não obstante, este é um negócio de tal forma instituído que “há pessoas que conseguem legalmente uma licença e nem sequer lhe vêem a cor, porque a vendem imediatamente”, testemunha.

A compra e venda de licenças é expressamente proibida pelo decreto-lei n.º 56/2003, de 15 de Dezembro. Segundo o ponto 4 do artigo 2º, “o concessionário não pode, sem prévia autorização da autoridade competente para a atribuição da licença, transmitir a outrem o gozo dos direitos atribuídos pela concessão ou fazer-se substituir no seu exercício”.

Como ainda diz Jeremias Furtado, em cima da sua secretária “existem muitos processos de pessoas que compraram a licença e que, até à data em que o decreto-lei foi publicado, não conseguiram mudar o nome”. E avança mais: “Com a entrada do novo Código das Estradas, a situação ainda vai piorar para essas pessoas, porque para além da licença, o carro também terá que estar em nome do proprietário”.

Acelerar a fiscalização

Clandestinos, compra e venda de licenças em esquemas não claros, táxis que se transvestem durante a noite, preços que não respeitam a tabela fixada. São estas situações que fazem muitos taxistas perguntarem: “Onde pára a fiscalização?”

A fiscalização dos táxis compete às autarquias, de acordo com o decreto-lei 68/94, que transfere da DGTR para as câmaras municipais a tutela dos assuntos relativos aos táxis. Esta questão encontra eco, também, nos Estatutos dos Municípios e nos vários protocolos que a DGTR assinou com os municípios e que formalizam esta passagem de testemunho (o da Praia foi rubricado a 2 de Setembro de 2003). No entanto, como diz o director-geral dos Transportes Rodoviários, “as CM’s não têm capacidade efectiva para fiscalizar, porque não dispõem de polícias municipais.” As-

sim, não lhes resta outra alternativa senão a de recorrer à POP.

Segundo este responsável, a DGTR tem também tentado intervir neste domínio, embora tenha encontrado dificuldades a nível de meios. Porém, poderá haver uma luz ao fundo do túnel. Como informa, “há algumas semanas a cooperação portuguesa ofereceu três viaturas e seis motociclos, que vão ajudar a responder aos problemas da fiscalização no país, principalmente na capital”.

Por outro lado, o presidente da Associação dos Industriais de Táxis de Santiago, Sousa Monteiro, é um dos críticos ao sistema de fiscalização. É que para ele as instituições responsáveis, principalmente os tribunais, estão “apáticas”, face à proliferação dos clandestinos. Como diz, “é inadmissível que existam pessoas com multas na ordem dos 800 contos, cujos processos estão emperrados nos tribunais. Enquanto têm essa data de multas por pagar, circulam pela cidade como não se fosse nada”, critica.

Já para “António”, dono de um clandestino, a actuação da polícia e dos tribunais não é assim tão passiva “quanto isso”. Prova disso são as duas multas que o obrigaram já a pagar 25 contos aos cofres do Estado, e o “credo na boca” com que “todos andam quando a polícia faz operações stop”.



CÂMARA

atribui novas licenças

Depois de quatro anos sem renovação de licença de táxis na capital, a Câmara Municipal da Praia publicou, no passado dia 8, a adenda com os nomes dos novos 52 taxistas licenciados. Uma medida que tanto os profissionais do sector como a DGTR consideram “insuficiente” para suprir as necessidades da Praia.

A boa nova para os 52 contemplados, publicada numa adenda, obriga agora os novos taxistas licenciados a apresentarem-se, num prazo de dois meses, com um carro zero quilómetros e de cor creme. Esta exigência pretende dar seguimento às normas já estipuladas no novo Regulamento de Transporte em Automóveis. Este instrumento legal, que entrará em vigor até ao final do ano, define que a carroçaria dos táxis que operam num determinado concelho tenham a mesma cor. No caso da Praia, a cor escolhida foi o creme.

Apesar de abrir o mercado a novos operadores, esta medida não suscitou euforia junto dos taxistas, muito pelo contrário. Tudo porque, como diz João Neves, “não é suficiente” para fazer face às necessidades da Praia. Igual parecer dá o director-geral dos transportes rodoviários, Jeremias Furtado, para quem “as novas licenças são manifestamente poucas, porque seria preciso dar, pelo menos, mais 200, como forma de absorver muitos dos clandestinos.”

Opinião diferente tem o presidente da Associação de Industriais de Táxis de Santiago (AITS). Sousa Monteiro diz, inclusivamente, que o aumento de viaturas legalizadas vai até piorar os problemas dos taxistas. Isto porque, explica, “para além dos 218 carros que já circulavam legalmente, ainda vão entrar no mercado mais estes 52, o que, tendo também em conta grande número de clandestinos que há na cidade, aumenta ainda mais a concorrência”.

Liberalizar: palavra de ordem?

Na hora de se encontrar soluções definitivas para o caos que assola os táxis na Praia, a palavra “liberalizar” surge como a fórmula mágica para a maioria dos nossos entrevistados. Como garante Johnny, taxista por conta-própria, “mesmo com as novas licenças que a CMP emitiu, o problema não se resolve porque, a este ritmo, as autorizações nunca vão ser suficientes para suprir as necessidades do mercado”. Um ponto de vista partilhado por “Rosário Pina” que interroga: “Liberalizam os mercados de mercadorias, os mercados de tudo e mais alguma coisa. Porque não liberalizar também o mercado de táxis, e acabar com todos estes artifícios e estratégias?”

No entanto esta ideia encontra algumas resistências, como acontece com Sousa Monteiro para quem “a solução não pode passar por liberalizar totalmente, pelo menos num país como Cabo Verde”. Na opinião do presidente da AITS, se tal acontecesse “os que têm grande capacidade económica açambarcariam todo o mercado, enquanto os mais desfavorecidos e que necessitam realmente desse trabalho, ficariam de mãos a abanar”.

Para o director-geral de transportes rodoviários, Jeremias Furtado, “há formas de se liberalizar sem prejudicar as pessoas com menos posses”. Assim, diz, “ao abriremos



Taxistas propõem liberalização do sector

mercado dos táxis, teremos que o fazer de forma controlada, com uma determinada carga administrativa”, de forma a evitar que os taxistas que pagam empréstimos aos bancos pelos seus carros “entrem em bancarrota”. Com esta estratégia que permitirá “integrar no mercado os clandestinos”, Jeremias Furtado pensa que “à medida que os taxistas com menos posses fossem saldando as suas dívidas bancárias, o mercado se auto-regularia”.

Para o responsável, “mais que pela

repressão”, o fim do “problema congénito que são os clandestinos na Praia” passa pela “abertura do mercado a esses táxis ilegais”. Como diz, ainda, o mercado tem que dar resposta às suas necessidades o que, a avaliar pelo que se passa na Praia, “não está a ser feito”.

Nesta “situação caótica que hoje se vive na Praia”, é o Estado quem perde “duplamente”: primeiro, porque esses taxistas fogem ao fisco; segundo, porque prestam um mau serviço aos utentes”, considera o

responsável da DGTR. Pelo que, aponta, compete às autarquias “pôr a mão” nesta matéria, à semelhança do que “está a ser feito noutros municípios”. “Em São Vicente, por exemplo, não há este problema”, atira.

Interrogado sobre as queixas no que toca ao valor das tarifas, que muitos taxistas consideram insuficiente para cobrir as despesas, Jeremias Furtado explica que a “fixação dos preços das tarifas se enquadra dentro dos limites que o MIT estabelece na portaria nº18/2001 de 28 de Maio”, cabendo às autarquias determinar o preço que acharem conveniente, dentro desses limites. Como recorda, “ainda recentemente, em São Vicente, a autarquia aumentou o preço das tarifas”.

O jornal A Semana tentou contactar por diversas vezes a Câmara Municipal para confrontá-la com as várias críticas aqui relatadas e ouvir a sua versão dos factos. Mas, através da sua secretária, Felisberto Vieira mostrou-se indisponível para falar sobre o assunto “por agora”, remetendo explicações para o secretário-municipal, Euclides Barbosa. Este, por seu turno, mostrou-se pouco à vontade para ultrapassar os dados formais do processo, alegando que “essas situações deverão ser esclarecidas pelo senhor presidente”.

Actualidade

Sexta-feira, 6 de Janeiro de 2006

O EMBLEMA DOURADO DA GENERAL MOTORS COM UMA RELAÇÃO PREÇO/EQUIPAMENTO IMBATIVÉL

CHEVROLET OPTRA

CHEVROLET AVEO

CHEVROLET

ALUCAR

CONTACTAR
 Av. Marcelino Botelho 5, Várzea 2 82 12 98 / 2 81 78 88
 Cid. da Praia - Praia 2 81 48 30 / 2 81 58 88

Autocarros, concorrência desleal



Táxis travestidos de autocarros

Mas a concorrência desleal não se restringe aos “clans” fora da lei, ela chega de onde menos se espera. Dos autocarros, que em princípio estão licenciados para operar em linhas pré-estabelecidas. Pois é, dizem os taxistas que muitos autocarros da Moura Company estão também a tornar-se uma ameaça para o seu negócio. E que estes veículos de transporte público, em vez de fazerem o transbordo de passageiros unicamente nas paragens, estão que nem um “tren lechero”, param segundo a vontade do freguês, porta sim, porta não. É só pedir para o motorista parar... para deixar ou recolher o passageiro.

João Neves é um dos críticos da postura dos motoristas da Moura Company. Segundo este taxista “o autocarro está-se a transformar num autêntico táxi”. Uma “indisciplina instalada que dá corpo a uma concorrência desleal”, tendo em conta os preços mais baixos que os autocarros cobram por viagem.

E a injustiça chega quando “os taxistas, que estão autorizados a parar em todos os lugares para fazer entrar ou deixar um passageiro estão sempre a levar multas, enquanto que esses autocarros andam por aí livremente nesse serviço de apanha este, deixa aquele”, aponta o taxista Johnny.

A DGTR, que tem competências de fiscalização nesta matéria, afirma, através do seu director-geral, que está atenta a essa situação, mas para a combater precisa de “mais meios”. Como informa Jeremias Furtado, “para além das viaturas e motorizadas que já temos disponíveis, estamos a preparar também um novo organigrama que vai permitir agilizar da melhor forma esta questão da fiscalização”.

Até ao fecho desta edição A Semana não conseguiu contactar com nenhum elemento da administração da Moura Company, pelo que lhe é impossível apresentar a sua versão dos factos.

Cabo Verde procurado por advogados estrangeiros

O mercado jurídico cabo-verdiano começa a ser procurado por advogados de outros países, facto que leva os Juristas nacionais a se interrogarem sobre isso. A procura neste momento vem sobretudo de Portugal, mas também da Itália e de outros países.

Ou porque “está na moda”, ou porque está a revelar-se um mercado apetecível, Cabo Verde começa a assistir à instalação no seu território de advogados de outros países, um fenómeno inteiramente novo e que já começa a preocupar alguns profissionais da área. Oficialmente, quatro advogados portugueses já estão inscritos na Ordem dos Advogados de Cabo Verde e, a acreditar no vice-presidente do seu Conselho Superior, Arnaldo Silva, vêm já outros interessados a caminho.

Arnaldo Silva diz que a OACV já foi abordada por advogados italianos e até de outras nacionalidades, além de portugueses. “Vai haver muito mais”, afirma. “Cabo Verde está na moda, e com a abertura do novo aeroporto da Praia, a expansão da economia, particularmente do turismo, a tendência é haver cada vez mais advogados de outros países a quererem instalar-se em Cabo Verde”.

O primeiro advogado estrangeiro, neste caso português, a procurar Cabo Verde foi Nelson Raposo Bernardo que, em Julho passado, em entrevista a este jornal (29-07-05), apontava este arquipélago como um “mercado extremamente interessante”, daí a decisão da sua firma, a Raposo Bernardo & Associados, que também está estabelecida em Espanha, de instalar-se nestas ilhas.

“Cabo Verde”, explicava Nelson Raposo Bernardo, “apresenta-se para o investidor

externo como um mercado extremamente interessante” tanto pela “localização geográfica excelente”, como enquanto “plataforma entre a África Ocidental, América do Sul e América do Norte. Por outro lado, as políticas de abertura ao investimento estrangeiro começam a dar os seus resultados, decorrentes da criação das necessárias condições legais, fiscais e mesmo políticas, que se tem revelado extremamente favoráveis ao investimento externo”.

E, pelos vistos, na senda da Raposo Bernardo & Associados, que quer estabelecer-se em Cabo Verde com escritório próprio, com meios humanos e técnicos, vários outros advogados portugueses já procuraram e continuam a procurar estas ilhas para operar. Neste momento, ao que este jornal apurou, dois deles já estão a actuar normalmente no país, depois de inscritos na OACV.

Mas não é só a nível dos advogados formados que Cabo Verde está a atrair essa espécie de profissionais. Segundo Arnaldo Silva, já há casos de pedidos de recém-formados que querem estagiar em Cabo Verde, estando um deles já autorizado para esse efeito.

Se a abertura do mercado é, em si, algo cujas virtudes ninguém pode contestar, há porém quem comece a ficar inquieto com o surgimento desta nova forma de concorrência. “Se não houver ordem no sector,

doravante qualquer investidor vem com o seu advogado a tiracolo e os advogados cabo-verdianos ficam simplesmente a ver navios”, afirma um descontente, sob anonimato.

Os descontentes com quem ‘A Semana’ chegou à fala salientam todos que não há qualquer acordo de reciprocidade entre a OACV e a sua congénere portuguesa, tão-pouco qualquer convenção entre os governos dos dois países que possa permitir esse tipo de abertura por parte do mercado cabo-verdiano em relação aos advogados lusos. Uma fonte salienta, inclusive, que há uns três anos atrás houve um encontro das ordens de advogados dos países lusófonos em Macau, onde a questão foi discutida. “O assunto nem sequer foi aprofundado, porque os angolanos não se mostraram muito abertos”, recorda a referida fonte.

Embora reconheça que nem dentro dos órgãos da própria OACV existe unanimidade em torno deste assunto, Arnaldo Silva revela que a autorização aos advogados portugueses é neste momento possível ao abrigo de uma “prática de reciprocidade” vinda do tempo do antigo IPAJ. “Desde essa altura que a Ordem dos Advogados de Portugal admitia advogados cabo-verdianos, desde que eles provassem estar inscritos no IPAJ. Ora, se Portugal tem admitido os nossos advogados nessa condição, não vemos por que não fazer

o mesmo, agora que profissionais portugueses querem instalar-se em Cabo Verde”.

Arnaldo Silva recorda, também, a existência do estatuto do cidadão lusófono, promovido por Cabo Verde, ao abrigo do qual cidadãos oriundos da CPLP possuem determinados direitos iguais aos cabo-verdianos, um dos quais o do exercício profissional. “Independentemente desses mecanismos, temo-nos regido, sobretudo, pelo princípio da reciprocidade. E, como não nos consta que advogados cabo-verdianos possam exercer na Itália, por exemplo, não temos aceitado a inscrição de advogados italianos na OACV”.

Ou seja, em relação a Portugal, ainda que haja acordo entre as duas ordens profissionais ou entre os governos dos dois países, Arnaldo Silva salienta que “tem havido uma prática de reciprocidade desde os tempos do IPAJ que permite hoje que advogados portugueses possam instalar-se em Cabo Verde”. Mas avisa: “Se a OACV tiver conhecimento de algum advogado cabo-verdiano que tenha solicitado inscrição na Ordem de Advogados de Portugal e esta lhe foi recusada, passaremos a aplicar o mesmo procedimento aos portugueses aqui”.

Piquete policial**Fim de ano tranquilo**

A Polícia de Ordem Pública conseguiu concretizar o seu intento de garantir um "Natal e um fim de Ano em Segurança". É que à excepção de três mortes em Santiago e alguns acidentes de viação "sem gravidade" em algumas ilhas, pode-se dizer que a virada do ano aconteceu de forma pacífica, se comparado com a mesma época de 2004.

A passagem de ano foi tranquila em Cabo Verde, salvo pelo registo de três mortes, uma na Praia e duas em Santa Catarina. A primeira morte aconteceu no bairro da Terra Branca, Praia, quando um rapaz que respondia pelo nome "Tony de Felix", residente neste mesmo bairro, foi morto com uma arma de fogo por um agente de primeira classe da guarda fiscal.

Segundo consta, o alegado agressor terá surpreendido a vítima dentro da sua própria residência, quando tentava assaltá-la. Durante a briga, o guarda fiscal terá sacado de uma pistola para aplicar uma coronhada no suposto ladrão. Só que a arma disparou e atingiu a vítima na cabeça. Este, apesar de gravemente ferido, ainda conseguiu sair da casa do guarda mas não conseguiu andar muito, indo cair estatelado junto à Shell, onde seria encontrado já sem vida por populares que imediatamente alertaram a polícia.

No entanto, o agressor, convencido de que tudo não tinha passado de uma coronhada e de uma briga sem maiores consequências com alguém que invadira a sua casa para roubar, viria a saber depois que o homem estava morto. Surpreso e em estado de choque, pois não se tinha dado conta que a arma tinha disparado, foi de mote próprio apresentar-se à esquadra da polícia. Informações chegadas a esta redacção dão conta que a vítima era consumidor de droga e dedicava-se a roubos e pequenos furtos para sustentar o vício.

A nível do trânsito, este último período foi "mais tranquilo" que o do Natal, pois registaram-se menos acidentes, diminuindo assim o número de feridos e de vítimas mortais. De acordo com o Comandante Adjunto da esquadra de Achada de Santo António, esta melhoria deve-se à "intensificação de medidas operacionais" pela POP.

"De 27 Dezembro a 2 de Janeiro intensificámos as medidas preventivas tendo em atenção os vários factores perturbadores, como o caso da rebelião na cadeia civil de São Martinho. A nível do trânsito, as novas estruturas viárias, entre as quais o novo troço de estrada que liga a Achada São Filipe a Vila Nova, que está uma autêntica pista e sem sinalização, levou-nos a intensificar o controle do trânsito. Em relação a crimes contra propriedade e contra pessoas, realizámos fiscalização, operação Stop, rusgas, buscas, recorrendo a diversas forças desde a Polícia de Intervenção à Polícia Marítima passando pela POP, e Polícia Militar, Marítima, Guarda Fiscal, Judiciária e todas as forças afins" diz

O ano de 2006 em Cabo Verde começa com mais um caso de tráfico humano. Um navio senegalês foi detido na manhã de terça-feira, 3, no porto da Palmeira, ilha do Sal, com 240 passageiros de várias nacionalidades africanas, que supostamente pretendiam rumar a Tenerife (Canárias), Espanha. Uma saga que acabou em tragédia com a morte de três passageiros no mar. O caso encontra-se ainda sob investigação policial, enquanto os passageiros aguardam o provável processo de extradição em liberdade condicional. Os sete tripulantes do "Florence" continuam detidos na Palmeira.



Cabo Verde na rota

O "Florence", um navio pesqueiro de porte médio, tinha como destino Tenerife, Canárias, de onde os passageiros seguiriam para diferentes partes da Europa. Mas, infelizmente para esses, a viagem tomou um ritmo diferente daquele que tinham traçado e acabaram nas mãos das autoridades policiais. A versão oficial coincide por enquanto com o relato do capitão do navio, Armindo Silva Tavares, até agora, o único cabo-verdiano envolvido neste caso.

O "Florence" saiu de São Vicente, no dia 27 de Dezembro, com autorização para regressar ao Senegal, mas, em vez de seguir rumo ao continente, o navio desviou-se para o Sal, onde o aguardavam passageiros que pretendiam entrar clandestinamente na Europa, através das Canárias. Segundo declararam a este jornal alguns passageiros e o próprio capitão, o navio esteve fundeado durante três dias na praia da Regona para receber os passageiros que pagaram, afirma o capitão, de 1000 a 2 mil euros para embarcarem nessa viagem.

E é aqui que a história começa a ganhar novos contornos. Enquanto alguns passageiros dizem ter vindo no navio desde São Vicente, o capitão jura que todos os passageiros aguardavam o "Florence" na praia da Regona, na zona costeira da Palmeira perto da Buracona, e não nesta localização, como se acreditava. Durante esses três dias e enquanto fazia sol, o navio afastava-se para o mar largo, procurando passar despercebido, e à noite

voltava à costa para entrarem mais passageiros. Decerto por causa do arrastar de dias sem se iniciar a tão ansiada viagem, os clandestinos — que iam dando conta das condições precárias da velha embarcação, por entre o cansaço, fome e sede, já que não havia comida a bordo como lhes haviam prometido — começaram a manifestar-se com alguma violência, obrigando assim o capitão a rumar para os arredores do Porto da Palmeira. Como próprio conta, perante tantas situações adversas e porque os organizadores da expedição ainda lhe deviam metade do que lhe haviam prometido, perdeu o interesse em continuar a viagem.

Segundo o que alguns clandestinos entrevistados revelaram ao jornal, foram eles que chamaram a polícia local. Quando cerca das três horas da madrugada, o "Florence" aportou à Palmeira, as autoridades procederam à imediata apreensão do navio e detiveram a tripulação. Os 240 clandestinos foram depois identificados, ali mesmo no Porto, já que a lei não permite a sua detenção e muito menos prisão. Tudo indica, à semelhança de outros casos idênticos, que deverão ser repatriados.

Recorda-se que este é o segundo caso do género detectado em Cabo Verde no espaço de sete meses. Em Maio último, a traineira Jon Kabafumo foi obrigada a regressar a Santiago, quando tentava chegar às Canárias com mais de uma centena de clandestinos a bordo, posteriormente repatriados.

A tragédia

A saga dos clandestinos do "Florence" terminou mesmo em tragédia, com a morte de pelo menos três deles. Com base em informações fornecidas por alguns dos passageiros, as autoridades policiais descobriram, ao final da manhã de quarta-feira, numa busca conduzida pela Polícia Marítima, três corpos, todos de adultos do sexo masculino. Apesar das suspeitas de que mais pessoas poderão ter perdido a vida, fruto desse acidente, as buscas não tinham, até ao momento do fecho desta edição, encontrado mais corpos no mar. Os três casos identificados resultaram de afogamento quando o bote que os levava de terra para o "Florence" se virou em razão do excesso de pessoas a bordo.

Além do mar revolto naquela zona da Regona, supõe-se que esses malogrados passageiros não soubessem nadar. Os corpos resgatados pela Polícia Marítima encontravam-se no fundo do oceano desde segunda-feira de madrugada, pelo que apresentavam sinais avançados de decomposição, representando, inclusive, um perigo para a saúde pública da zona de Regona, como apontou a delegada de Saúde substituta, Mónica Rodrigues. A retirada dos corpos constituiu uma cena triste e chocante para quem assistiu. Alguns companheiros de viagem até fizeram questão de ajudar a cobrir e carregar os corpos para o camião

Piquete policial

Cabral para quem já é tempo de a sociedade interiorizar a segurança como uma necessidade de todos. "Todos nos devemos envolver. E tendo em conta os novos fenómenos que estão a surgir temos que colaborar com os agentes de autoridade. Na impossibilidade dos agentes da polícia estarem no terreno o próprio cidadão deve denunciar apelando a autoridade policial".

As outras duas mortes que marcam este fim de ano aconteceram mais a norte da ilha, em Santa Catarina. Segundo fontes da esquadra daquela localidade, a primeira morte aconteceu no dia 31, quando um jovem de 23 anos caiu de um camião em Picos. "Ao que tudo indica o rapaz tentou pegar boleia num camião em andamento, não conseguiu e caiu, bateu com a cabeça no chão e morreu na hora, vítima de traumatismo craniano". A segunda vítima, um homem de 40 anos, colocaria fim à própria vida no dia 1, ao cair de uma ladeira na zona de João Bernardo.

Em São Vicente, o balanço das festas de fim de ano é muito positivo. "Não temos registo de incidentes graves, excepto por alguns acidentes de trânsito sem gravidade - batidas com poucos danos materiais - e agressões sem gravidade", informou o agente de serviço na Esquadra do Mindelo. No Sal, o relatório provisório não mostra nenhuma ocorrência digna de realce, apenas acidentes ligeiros sem danos materiais ou ferimentos. Também não há registo de agressão física.

Já em Santo Antão, mais concretamente no Paul, há a assinalar um incêndio provocado por um curto circuito numa residência na localidade de Chã de Margarida. Os prejuízos, de acordo com fonte policial, ascendem a 430 mil escudos. No Porto Novo, as comemorações foram pacíficas e o saldo é uma agressão leve e alguns casos rotineiros.

No Fogo, mais concretamente no município de São Filipe, há a registar duas ocorrências, nomeadamente, um disparo com uma arma de fogo que feriu uma pessoa sem gravidade e, na zona norte do município, Pé de Monte, um acidente de viação que resultou em alguns feridos ligeiros e danos materiais na viatura. Nos Mosteiros a passagem tranquila.

Nas restantes ilhas, Brava e Maio, a festa decorreu na normalidade com a ocorrência de pequenos desentendimentos sem gravidade. No Maio há a registar uma tentativa frustrada de violação de uma menor, segundo o comandante da esquadra da ilha do Porto Inglês, José Rocha.

Até o fecho desta edição a POP ainda trabalhava as estatísticas, pelo que não é possível ao Piquete Policial apresentar os números. Entretanto, a acreditar nas palavras do Comandante Cabral, comparados os números deste 2005 com os de 2004, houve alguns factores que aumentaram. O crime contra propriedade é um deles, enquanto a nível do trânsito e de crimes contra pessoas a tendência é para "decrecer".

Sexta-feira, 6 de Janeiro de 2006

Correio das ilhas



Por: KAUNDA SIMAS

de tráfico humano

que os deveria levar ao hospital para os últimos procedimentos, antes do seu enterro no mesmo dia.

A polícia, de acordo com as declarações do Comandante Regional, José João de Pina, não descarta a possibilidade de haver mais corpos por encontrar, já que não se sabe quantas pessoas havia no referido bote, na hora do acidente. E apesar de, até agora, as buscas só terem resultado nesses três corpos já sem vida, avolumam-se os temores de que esse número seja bem maior pois, de acordo com Armindo Tavares, 250 pessoas deveriam viajar no "Florence" para as Canárias e até agora, contando com os falecidos encontrados no mar os números apontam 243 pessoas. Entretanto, há a possibilidade de que os presumíveis sete ausentes possam estar vivos e se tenham feito ao mar aquando da sua chegada à Palmeira indo dar à outra parte da costa, fugindo assim às autoridades locais.

Navio Suspeito

O "Florence" chegou a São Vicente rebocado por um navio nacional no passado 3 de Novembro. Conforme conta a **A Semana** o capitão Armindo Silva Tavares, natural do Tarragal Santiago, o navio vinha do Senegal para Cabo Verde, para reparar a máquina quando, já em águas cabo-verdianas, as dificuldades mecânicas forçaram-nos a pedir ajuda. Foram então rebocados até ao Porto Grande,

onde ficaram até 27 de Dezembro. Nesse dia, finalmente, receberam o despacho para voltarem ao Senegal.

Mas faltava ao "Florence" cumprir a sua grande missão: levar as centenas de clandestinos a Tenerife, Canárias. Tavares nega que tenha vindo a Cabo Verde especificamente para buscar carga humana, e insiste que só trouxe quatro passageiros. A verdade é que, segundo o Director-Geral da Marinha e Portos de Barlavento, Zefirino Fortes, as autoridades cabo-verdianas vinham investigando a embarcação e sua tripulação. Conforme adianta Fortes, o navio apresentava algumas irregularidades em termos de documentação. Mas esta veio a ser apresentada algum tempo depois, depois de um contacto com as autoridades marítimas do Senegal. Mesmo assim, as autoridades locais suspeitavam de que o navio pudesse estar envolvido em tráfico humano, como veio a comprovar-se. Entretanto, diante da falta de provas, a autoridade portuária teve de deixá-lo partir, depois da devida ordem dos tribunais. Algumas fontes avançam a suspeita de que o "Florence" possa ter trazido do Senegal parte dos passageiros que, depois do problema com o navio, seriam obrigados a desembarcar, muito provavelmente no Sal, a aguardar o retorno para continuar viagem.

Naturalmente, o capitão nega essa hipótese, dizendo que só veio a Cabo Verde para reparar alguns problemas mecânicos

no barco. Ele diz ainda que é a primeira vez que se vê envolvido em tal actividade, e tem consciência de que pode ser preso por um acto criminoso, tráfico ou transporte clandestino de passageiros. "Mas eu estava em muito má situação financeira, por isso precisava do dinheiro", tenta justificar-se Tavares. Há 18 anos radicado em Dakar, conta ter recebido cinco dos 10 mil euros que lhe seriam entregues após o término da "missão".

Informações apuradas por **A Semana** dão conta que o navio pertence a um cidadão ganês de nome Richard, que, de acordo com a nossa fonte, está envolvido em outras transacções do tipo. O ganês está a ser procurado pela Polícia e é dado, ao lado de um nigeriano de nome Nelson, como o principal suspeito de um grupo de seis pessoas consideradas responsáveis por toda esta trama de tráfico humano. Os dois, por sinal, residiam no Sal e pelo menos o ganês tem passaporte cabo-verdiano.

De acordo com o Comandante De Pina, ainda não foi possível localizar essas pessoas, pelo que as investigações prosseguem. Todos os passageiros foram liberados após identificação, e devem aguardar o processo — será deportação? — em liberdade. O capitão e outros seis tripulantes do "Florence" deveriam ser apresentados nesta quinta-feira ao Tribunal da Comarca do Sal, para serem ouvidos em declarações.

Criada uma CI dos terrenos na CMSV

A Comissão de Inquérito criada na sessão de Dezembro da Assembleia Municipal de São Vicente para apurar as alegadas irregularidades resultantes do acordo de cedência de terrenos pela Câmara de São Vicente à Empreitel Figueiredo já começou a trabalhar. Informações recolhidas por este jornal mostram que a CI já realizou pelo menos uma reunião. Entretanto, segundo um dos membros desta CI, os seus integrantes acordaram não avançar informações públicas, sobretudo à comunicação social, para evitar perturbações.



A criação desta CI, sob proposta do Partido do Trabalho e da Solidariedade e aprovada por unanimidade, foi a solução encontrada pela Câmara Municipal para travar as pretensões dos vereadores e deputados do PAICV, que pediam a anulação do referido acordo. "O PAICV desde cedo defendeu a nulidade do acordo de cedência de terrenos não porque somos contra, mas porque defendemos uma maior transparência nesta questão. Entretanto, porque não temos maioria, acabámos por acatar a proposta do PTS, que pedia a criação de uma CI para apurar de que lado está a razão nesta e noutras questões de terrenos que têm vindo a lume, envolvendo a Câmara de São Vicente", explica Benvindo Spencer.

Exactamente por causa das muitas questões de terrenos, a última sessão da AM de São Vicente de 2005 foi, a todos os níveis, turbulenta. Realizada dias depois deste jornal ter dado à estampa uma reportagem, em que falava de contornos pouco claros num acordo de parceria firmado entre a CMSV e a Empreitel Figueiredo, este foi, segundo uma fonte de **A Semana**, tema obrigatório nessa sessão. De acordo com a fonte que vimos citando, o presidente da AM chegou inclusive

a "abandonar" a mesa, recusando-se a falar sobre o assunto terrenos. "O presidente da AM, Teófilo Figueiredo, não quis continuar a presidir a sessão por achar que era um assunto em que estava directamente envolvido, afinal estava em causa um negócio em que a sua empresa é parte interessada. Já a Câmara de São Vicente, através da Isaura Gomes, continuou a insistir que não cometeu nenhuma irregularidade e que a venda de terrenos municipais terá de passar, no futuro, por esta forma de parceria, embora não tenha apresentado qualquer documento suporte", observa a nossa fonte.

Este "afastamento" de Figueiredo, normal tendo em conta o melindre do assunto, acabaria por ganhar contornos caricatos. É que o presidente da AM foi sentar-se primeiro no meio do público e depois na bancada da UCID, o que provocou uma reacção imediata de Lídio Silva. Teófilo Figueiredo tentou argumentar que foi convidado por um dos membros desse partido, mas Silva não aceitou as desculpas. E nessa troca de argumentos foi-se uma manhã de trabalho. À tarde, o presidente reassumiu o seu lugar à mesa, mas o assunto terreno voltou novamente à baila e, mais uma vez, Figueiredo não quis dirigir os trabalhos. "Foi uma sessão

complicada porque o substituto do presidente da AM também não quis descascar esse abacaxi e pediu licença para se ausentar, porque tinha um assunto importante para tratar. Uma terceira pessoa é que acabou por orientar os trabalhos".

Mas o mais estranho é que nessa sessão da AM em que foram aprovadas duas actas das reuniões camarárias, nenhuma delas era da reunião que aprovou o acordo de parceria. Isto quando uma reportava à reunião anterior e a outra à posterior a essa importante reunião de que ainda não há, afinal, nem "fume nem mandode". Segundo Spencer (PAICV), a desculpa para justificar a falta desta acta é que ela é complexa e exige muito trabalho e mais cuidado. "Pensamos que estão a fazer uma jogada para retardar o máximo possível a apresentação da nossa queixa no tribunal. É que sem acta podem alegar que a questão não consta. Mas estamos atentos aos prazos e, se a acta não aparecer, podemos intentar outra acção, agora por obstrução de provas".

Importa realçar que no acordo de parceria, Isaura Gomes vende à Empreitel Figueiredo 20 hectares de terrenos, cerca de 218 lotes com uma área útil de 200 mil metros quadra-

dos, sem consultar o elenco camarário, que homologou o documento com votos favoráveis do MpD e do PTS, e abstenção do PAICV e da Ucid. A Câmara de São Vicente justifica tal acordo de parceria com a falta de meios para infraestruturar os lotes para construção urbana, e por isso acha que "da concertação de meios e de esforços resultará uma maior qualidade técnica e económica das urbanizações a construir".

Em oito cláusulas, Câmara e a Empreitel Figueiredo fixam as condições e os princípios que regem este contrato. De entre elas sobressai a cláusula segunda onde se lê que "a Câmara vende à Empreitel e esta aceita adquirir, livre de qualquer ónus ou encargo, pelo preço de 480 escudos/m², vinte hectares de terrenos urbanizados, no valor de 23 milhões e 40 mil escudos". E mais, "o pagamento será efectuado em duas prestações, em datas e montantes a acordar entre as partes". E, apesar de comprar o terreno por 480 escudos/m², o contrato de parceria estipula à Empreitel Figueiredo "um preço de referência para venda, quatro mil escudos/m²". Foram exactamente estas condições que despertaram a atenção do PAICV e a "gula" de algumas imobiliárias mindelenses. CP

PORTO NOVO

Falhas no sistema de esgotos inquietam técnicos

Técnicos de Santo Antão dizem-se apreensivos com o facto de o esgoto das casas sobranceiras ao mar na cidade do Porto Novo ir parar directamente ao oceano. Uma situação que se observa tanto nas moradias antigas, como nas chamadas mansões que nos últimos cinco anos se erguem majestosas um pouco por toda a zona costeira.

As fontes de **A Semana** consideram o problema de tal forma preocupante que chegam a defender uma intervenção com carácter de urgência no sector. Mais: pedem que se comece já a segunda fase do projecto de saneamento da mais nova cidade de Cabo Verde. "Há fossas sépticas em algumas casas dessa zona costeira, só que, tratando-se de um terreno essencialmente basáltico, têm pouca capacidade de absorção fazendo com que grande parte do esgoto desague no mar. Nessa perspectiva, caso não se faça nada, daqui a alguns anos teremos a costa poluída," alerta um engenheiro.

Mesmo os quadros ligados ao serviço autónomo de saneamento admitem que existem "problemas graves" no sistema de esgotos no Porto Novo, os quais já criam dificuldades aos moradores daquela urbe. Como reitera um portonovense, basta passar perto de uma das fossas receptoras das águas utilizadas para se perceber o mau cheiro que os residentes da área inalam dia e noite.

O presidente da Câmara Municipal, Amadeu Cruz, diz-se também preocupado com esse problema de saneamento, pelo que já procurou discutir o assunto com várias entidades a ver se encontram uma "solução urgente". "Sabemos que a rede de esgotos no Porto Novo está extremamente saturada e já inscrevemos no nosso plano de actividades para o ano vindouro uma verba para a elaboração de um estudo sobre o assunto. Depois do estudo, vamos procurar parcerias para resolver o problema," refere o edil.

Na verdade, o vereador que responde pela área do saneamento na CMPN havia alertado para o facto das fossas construídas há alguns anos já não suportarem todo o esgoto produzido por uma população de cerca de 10 mil pessoas. Logo após as declarações públicas de Manuel Baptista, falou-se numa estação de tratamento de águas residuais, e que seria em muito semelhante à Etar da Ribeira de Vinha, na ilha de São Vicente.

O próprio Primeiro-Ministro, José Maria Neves, referiu-se à saturação da rede de esgotos no seu discurso durante a cerimónia de elevação do Porto Novo à categoria de cidade, no passado dia 2 de Setembro. E em privado JMN discutiu com Amadeu Cruz os modos de solucionar o problema.

Só que ninguém, desde essa altura, deu qualquer passo que fosse no sentido de concretizar a segunda fase do saneamento projectado para a nova cidade.

NOVOS EPISÓDIOS DA REVOLTA DE S. MARTINHO

Quatro dos presos tidos por cabecilhas do motim em S. Martinho foram transferidos para a cadeia de Ribeirinha. Janito, Natalino, António Mercano e Pepa foram desembarcados no Porto Grande sob especiais medidas de segurança e vão continuar incontactáveis, em celas disciplinares. Entretanto, Elísio Semedo, director dos Serviços Penitenciários, desmentiu categoricamente a notícia da “morte” de Janito, divulgada pelo site Liberal.



Ribeirinha recebe cabecilhas de S. Martinho

Cabecilhas transferidos para São Vicente

Janito, Natalino, António Mercano e Pepa, quatro dos presos que alegadamente encabeçaram o motim na cadeia de S. Martinho, foram transferidos, sob medidas especiais de segurança, para a cadeia da Ribeirinha, em S. Vicente. Tidos como alguns dos principais cabecilhas da histórica revolta na prisão da Praia — ocorrida no dia do Natal —, os indivíduos foram desembarcados no cais do Porto Grande no passado dia 28 de Dezembro, e, segundo apurou este semanário, deverão continuar incontactáveis, até novas ordens.

Um dos factores que ditou a transferência do grupo para o Mindelo tem a ver com as características físicas das celas da cadeia de Ribeirinha, que são menores que as camaratas existentes na penitenciária de S. Martinho. Nessas células podem caber apenas duas pessoas, enquanto que os dormitórios de S. Martinho albergam uma dezena de homens. “*Aqui não se coloca o problema de superlotação*”, tal como “*na cadeia de S. Martinho*”, o “*que, aliás, é um dilema que existe em todas as prisões do mundo. Essa medida é uma questão de segurança*”, justifica o director-geral dos Serviços Penitenciários, adiantando que a deslocação em causa tinha de ser efectuada sob especiais medidas de controlo policial e debaixo do maior sigilo. A operação, segundo apurou este semanário, envolveu agentes da Guarda Prisional, da POP e da Judiciária.

“*Imagina se iríamos noticiar que esses reclusos iam ser levados para S. Vicente e atizar a curiosidade das pessoas!? Ora, a transferência de um preso é algo normal, uma mera medida de gestão que acontece muitas vezes, até por solicitação dos próprios familiares*”, diz Semedo, assegurando que os nomes dos reclusos só serão confirmados após a comunicação da transferência aos parentes dos prisioneiros e respectivos advogados. Mesmo assim, **A Semana** está em condições de garantir que os presos enviados para a cadeia de Ribeirinha são Janito, Natalino, António Mercano e Pepa. O grupo viajou por via marítima, foi desembarcado no terminal de Cabotagem do Porto Grande no dia 28 de Dezembro e levado, sob escolta, para a prisão de Ribeirinha.

“Morte” de Janito

A transferência dos quatro reclusos coincidiu com um rumor, suportado pelo site Liberal, segundo o qual Janito teria morrido, supostamente em consequência de maus-tratos. O jornal electrónico assegura que foi contactado por várias fontes, entre elas advogados, que anunciaram a ocorrência da “*morte de mais um recluso*”, na cadeia de S. Martinho. E a suposta vítima, como escreve o “*Liberal*”, seria Janito, considerado pelas autoridades carcerárias como um dos principais cabecilhas da revolta.

A notícia provocou uma reacção algo indignada de Elísio Semedo que, em contacto com este semanário, afirmou que “*todas as notícias escritas pelo site Liberal sobre o motim tiveram um cunho tendencioso e foram tratadas de forma deturpada*.” “*Mais grave ainda é divulgarem a informação da suposta morte de Janito e fazerem referências a eventuais torturas. Trata-se de uma notícia falsa*”, garante o responsável máximo dos serviços penitenciários. Segundo Semedo, as

peças têm de saber que não é fácil lidar com reclusos de alto grau de perigosidade e que nenhuma força de intervenção iria enfrentar uma rebelião com flores nas mãos.

Os reclusos transferidos vão permanecer na cidade do Mindelo por um tempo indeterminado. Entretanto, as autoridades continuam a estudar outras medidas de prevenção susceptíveis de serem aplicadas na cadeia da Praia, tendo em conta os acontecimentos do dia do Natal.

Segundo Elísio Semedo, o número de presos suspeitos de encabeçarem a revolta passou de doze para treze. Esses

elementos, por aquilo que deixa entender, estiveram a incitar os colegas de prisão e, pelas contas das autoridades, perto de cem prisioneiros estiveram em permanente agitação nos corredores da penitenciária.

Ainda os danos materiais não foram completamente avaliados pela comissão de inquérito mas, adianta Semedo, só os prejuízos provocados na sala de leitura ultrapassam os 500 contos. Dois aparelhos de ar condicionado e o mobiliário foram irremediavelmente destruídos, segundo a nossa fonte. Entretanto, a cadeia voltou a colocar as portas e os gradeamentos danificados pelos revoltosos e já desmontou o ginásio de treino físico, cujas peças foram usadas como armas pelos amotinados.

A separação física dos supostos cabecilhas do motim surge como uma espécie de medida de retaliação e, como se depreende, visa impedir o contacto entre os elementos que alegadamente lideraram o tumulto em S. Martinho, ao mesmo tempo que tenta suavizar a carga emocional dentro do estabelecimento prisional. “*A transferência foi decidida pela direcção dos serviços penitenciários, nós somente limitámo-nos a acatar as ordens*”, informa Carlos Graça. Questionado se a retirada dos quatro elementos poderá trazer mais paz e segurança à cadeia de S. Martinho, Graça responde que o objectivo da direcção é assegurar o funcionamento do estabelecimento prisional, independentemente das pessoas que estiverem reclusas nesse espaço.

Segundo Graça, o ambiente continua sereno na penitenciária, foram realizadas visitas nos moldes normais e não aconteceu nenhum incidente durante estes dias. No entanto, só os familiares directos dos presos puderam entrar na penitenciária.

Os motivos que estiveram na base do motim vão ser investigados por uma comissão de inquérito, liderada pela jurista Maria das Dores Gomes e composta por mais três pessoas: um secretário e dois vogais, cujos nomes não foram ainda avançados. Essa equipa ainda não começou o trabalho de investigação mas, por aquilo que se depreende, o objectivo da comissão é tão-somente descobrir as razões que estiveram por detrás da revolta.

Kim-Zé Brito

Equipas da Praia acertam calendário

Os três jogos em atraso das primeiras jornadas do campeonato regional de Santiago Sul serão disputados este fim-de-semana. Uma oportunidade que as equipas concorrentes têm para tentarem aproximar-se do líder da prova, os Travadores.

Mas o calendário do regional de Santiago Sul só ficará completamente acertado quando o Sporting e o Vitória entrarem em campo, no próximo dia 11, para disputarem a partida em atraso da terceira jornada. Isso numa altura em que o Sporting ocupa a segunda posição com um ponto a menos do que os "rubros" da capital.

Nas restantes regiões, destaca-se a retoma dos jogos do campeonato da ilha do Fogo. Amanhã, o comandante do regional, Vulcânicos, enfrenta o Juventude e a Académica defronta o Desportivo de Cova Figueira. Domingo, o Cutelinho recebe o São Lourenço nos Mosteiros, o Botafogo bate-se com o Nô Pintcha e o Spartak joga contra o ABC de Patim.

Este fim-de-semana, a Bola rola também nos relvados sintéticos de São Vicente, da Ilha do Sal, nos "pelados" do interior de Santiago, São Nicolau, e provavelmente na ilha do Maio.

Santo Antão: regionais ainda sem data definida

E enquanto em muitas zonas desportivas os campeonatos arrancaram há várias semanas, na ilha de Santo Antão os clubes tentam ainda acertar a programação da época desportiva com os corpos gerentes das estruturas regionais.

Alguns clubes da região norte daquela ilha entendem mesmo que as provas só devem começar quando forem eleitos novos dirigentes para a Associação de Futebol. Mas o actual presidente desta entidade já disse que está a fazer tudo para que as provas arranquem na segunda quinzena deste mês. João Lopes acredita que as dificuldades surgidas no início dessa temporada entre a Associação e os clubes serão ultrapassadas de modo a que a bola possa rolar no estádio João Ser-

ISE ABRE CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Um grupo de trinta e quatro alunos, oriundos de diversas ilhas, foi escolhido para participar no primeiro curso de Educação Física organizado pelo ISE — Pólo de S. Vicente. A formação, que tem o nível de bacharelato, iniciou-se em Novembro último e está a ser ministrada apenas por quadros superiores cabo-verdianos.



Bacharelato em Desporto

Para Carlos Rocha, um dos professores, este género de formação é essencial por disponibilizar mais técnicos ao país, todavia entende que o desporto cabo-verdiano precisa traçar um rumo certo e não continuar a andar à deriva. "Há trinta anos que andamos a navegar sem uma bússola a apontar o caminho que devemos seguir. Ora, se não houver uma definição clara, estes técnicos vão sentir uma tremenda frustração porque irão enfrentar problemas quotidianos capazes de emperrar as suas iniciativas", explica Rocha, responsável pela modalidade de voleibol, para quem a turma ideal devia ser constituída por vinte e cinco alunos. Deste modo, acredita, os estudantes poderiam tirar mais proveito prático do curso, que tem a duração de três anos.

Neste momento as aulas teóricas estão a incidir sobre as disciplinas

de Anatomia e Fisiologia, História e Filosofia da Educação Física, História da Educação Física, enquanto, na parte prática, os alunos têm estado a aprender os fundamentos de várias modalidades — do Voleibol ao Basquetebol, da Ginástica ao Futebol e Natação. As aulas acontecem nas salas do ISE, no ginásio do liceu Ludgero Lima e no espaço desportivo do Município de Oeiras, bem como na piscina do hotel Porto Grande.

Questionado sobre a aptidão técnica e física dos formandos, Rocha evitou fazer juízos de valor. Mesmo assim adiantou que a filtragem dos mais aptos será feita de forma natural, ao longo da formação. "Dois estudantes já desistiram e é natural que venha a haver mais desistências, até ao final do curso. Penso, no entanto, que podemos vir a ter bons professores saídos desta

formação."

O arranque deste primeiro curso de Educação Física simboliza uma "vitória" para o pólo do Instituto Superior da Educação em S. Vicente, na perspectiva de Dora Pires. "Este pólo quer crescer e preparar para a sua autonomia. Foi nesta lógica que apostamos neste curso, além disso existe uma carência enorme de professores desportivos nas escolas do ensino secundário", esclarece Dora Pires, adiantando que a intenção do ISE é poder prosseguir formações do género agora a nível da Licenciatura, em S. Vicente. Aliás, os bacharéis que quiserem seguir para um grau superior terão a oportunidade, ou de continuar os estudos no estrangeiro, ou então aguardar a instalação da licenciatura, em Cabo Verde. KZB

Taça de São Vicente e Campeonato de Veteranos

Dois competições deram o "salto" de 2005 para este ano a nível do futebol mindelense: a disputa da Taça de S. Vicente e o Campeonato de Veteranos. Assim, no final desta semana, as provas regressam ao activo em alguns campos, com a disputa da quarta jornada do Campeonato de Veteranos e as meias-finais da Taça de S. Vicente.

Quatro formações, subdivididas em dois grupos e com o mesmo número de pontos, lideram a corrida para a disputa do título dos veteranos. Na série A, Cantareira e Ponta d'Pom comandam a classificação,

ombreadas a sete pontos; o mesmo fenómeno acontece na série B, cuja liderança está a ser disputada pelo Madeirense e o Fareense, que contabilizam, também, sete pontos, fruto de duas vitórias e um empate.

Segundo o calendário, a quarta jornada será preenchida, no domingo, com a realização dos encontros Castilhanos - Académica; Estoril - PSV; Vila Nova - Fareense; Camarões - Vasquianos e Ribeira Bote contra Canal.

O final desta semana irá movimentar também o futebol federado, com as meias-finais da Taça de S. Vicente. No sábado, o Derby defronta o Bатуque enquanto que a Académica vai medir forças com o Amaranate.

No Domingo, estão agendados os encontros Castilho - Falcões e Mindelense - Ribeira Bote para a disputa dos restantes lugares da tabela classificativa.

A final da Taça de S. Vicente está marcada para o dia 21 de Janeiro, véspera do dia do Município da ilha do Porto Grande. Uma semana depois terá início o campeonato regional, cujo pontapé de saída será dado pelas equipas do Bатуque e do Derby, enquanto que Falcões e Ribeira Bote se defrontam na segunda partida agendada para Sábado, dia 28 de Janeiro. Domingo Amaranate - Mindelense e Académica - Castilho medem forças. KzB

ITF proporciona estágio a tenistas de Santo Antão

Dois jovens tenistas de Santo Antão e o técnico António Miranda deslocaram-se ao Gana para participar num estágio que a International Tennis Federation proporcionou a representantes de seis países africanos. Uma semana em que os atletas cabo-verdianos e o treinador aproveitaram para trocar experiências e conhecer a realidade do ténis desta sub-região africana.

No regresso à casa, António Miranda mostrava-se satisfeito, pois um estágio desse tipo não só permite adquirir outras experiências e novos valores, como proporciona aos atletas uma recompensa pelo esforço despendido durante uma época de treinos. Afinal de contas Miranda e os seus pupilos só foram convidados pela ITF, através da Federação Cabo-Verdiana de Ténis, porque há quase um ano abra-

çaram a tarefa de lançar a modalidade em Santo Antão. E é vê-los cada fim de semana a trabalhar para atingir esse objectivo.

Guilhardo Lopes, sub-14, e Liliana, sub-16, são os tenistas que agora tiveram oportunidade de treinar com colegas do Gana, Mali, Burkina-Faso, Costa de Marfim e Gabão. Foi uma experiência boa para quem se dedica ao ténis desde tenra idade, mas que nunca competiu fora da sua ilha natal. "Essa viagem veio a calhar, pois serve de incentivo para que os dois adolescentes e as outras crianças demonstrem mais empenho nos treinos," expressa o jovem técnico António Miranda.

E é dessa força que Miranda precisa na sua escolinha de iniciação ao ténis em Afonso Martinho, onde trabalha com cer-

ca de 20 crianças dos 8 aos 12 anos. "Na verdade, sinto-me recompensado já que, graças ao trabalho que desenvolvemos aqui na Ribeira Grande, dois dos nossos atletas já foram campeões nacionais: o Samuel Lopes venceu o nacional sénior masculino e a Nélida Miranda ganhou o feminino. Tudo isso nos incentiva a continuar".

Miranda está tão animado com os resultados da sua escolinha que já tem em mãos um projecto para ampliá-la, de modo a que possa receber um número maior de crianças. Enfim, o jovem técnico pretende aproveitar esse momento em que o ténis começou a seduzir dezenas de crianças para massificar a modalidade. JAM

